

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Waldemar Barreto/Agência Senado



Senador: autocandidatura dividiu aliados

Flávio e Trump causam bateção de cabeças na direita

A autocandidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência e a revogação das punições do governo norte-americano ao ministro Alexandre de Moraes mostraram o tamanho da desarticulação e das divergências na direita brasileira. Cada um passou a jogar por si, a chutar para onde aponta o próprio nariz — sequer a extrema direita bolsonarista conseguiu encontrar um ponto em comum, como demonstrou a discussão pública entre o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) e o blogueiro Allan dos Santos: “Você é um bosta”, alardeou o primeiro ao se dirigir ao segundo. Flávio e o irmão Eduardo, deputado federal, também bateram cabeça ao avaliar o caso Moraes.

Eduardo falou em pesar

Em nota divulgada logo depois de a Casa Branca anunciar o fim da aplicação da Lei Magnitsky a Moraes, Eduardo disse ter recebido a medida “com pesar”, criticou a falta de “unidade política” e de “coesão interna” e reclamou do “apoio insuficiente” às iniciativas que resolveu implementar no exterior. Reconheceu a derrota e jogou a responsabilidade sobre os aliados que não apoiaram o que ele decidira fazer nos Estados Unidos.

Rosinei Coutinho/STF



Governo dos EUA suspendeu sanções contra Moraes

Flávio cantou vitória

Flávio, porém, resolveu tentar transformar a bola nas costas aplicada por Donald Trump em vitória — se disse feliz com o fato. Em vídeo, afirmou que o presidente dos EUA, ao beneficiar o ministro do Supremo Tribunal Federal, fizera um “gesto gigantesco” pela anistia no Brasil. Sua fala teve como base manifestação de funcionário do governo norte-americano que relacionou o fim das punições à aprovação, pela Câmara, de projeto que reduz o tempo de prisão de condenados pela tentativa golpista, entre eles, Jair Bolsonaro.

Projeto e anistia

Para o senador, a decisão e o comentário foram uma forma de pressão por uma medida de ampla em prol dos condenados. Ressaltou que há, no Senado, a oportunidade de transformar a redução de penas em anistia — segundo ele, isso viabilizaria nossas benesses por parte das Casa Branca, entre elas, a retiradas de todas as sanções comerciais ao Brasil.

Sem fingir

Para um parlamentar do próprio PL, aliado dos Bolsonaro, não dá para fingir que a derrota foi uma vitória. E ressalta que Eduardo não pode reclamar de falta de apoio, já que ele decidiu embarcar para os EUA e pedir punições ao Brasil sem consultar aliados políticos. “Ele criou o problema”, ressaltou.

Bom pra esquerda

O aliado também considerou um erro Flávio falar em em ampliação do projeto num momento em que a esquerda, para tentar mobilizar a população, passou a classificar a proposta de anistia e não de redução de penas. Para ele, a fala acirra os ânimos e tem possibilidade até de complicar sua votação no Senado.

Faltou conversa

A divisão na direita e no Centro provocada pelo lançamento da pré-candidatura de Flávio é outro complicador. Para o parlamentar, o principal erro do senador e de seu pai foi o de não articularem o anúncio da indicação com outros partidos. “Eles não conversaram com ninguém”, ressalta.

A ponte caiu

Um dos mais irritados é o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI). Ele manifestou a pessoas próximas que se sentiu traído — Ciro se via como o grande engenheiro que construiria a ponte entre o ex-presidente e o Centro. Para ele, uma candidatura de extrema direita complica a situação no Piauí, onde o eleitor tende a votar na esquerda.

Medo da moça 1

Assinada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a nota em defesa de Mariângela Fialek, a Tuca, servidora alvo de operação da Polícia Federal, expressa, mais do que solidariedade, o medo de que ela decida contar o que sabe sobre o processo de indicação de emendas parlamentares.

Medo da moça 2

Ex-funcionária de confiança de Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da Câmara, Tuca foi citada em depoimentos de deputados como a encarregada de formalizar as decisões vindas de seu chefe, articuladas com outros parlamentares. Sabe a placa e o Renavan do trator que era usado para aplinar o terreno.

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Acordo feito por Lula e Haddad não teve aval do Tesouro

Lula afrouxou socorro a estados sem aval técnico

Tesouro Nacional não deu respaldo às renegociações

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afrouxou as regras do programa de socorro a estados sem ter o respaldo técnico do Tesouro Nacional, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda e que é o responsável pela negociação e pelo acompanhamento das dívidas estaduais.

Um decreto publicado no início de outubro facilitou a adesão de São Paulo ao dispensar a maior parte dos estados de instituir um teto para seus gastos como contrapartida à redução na dívida com a União. Apenas aqueles que estão em programas de recuperação, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, precisarão cumprir a exigência.

Documentos obtidos pelo jornal Folha de S.Paulo por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) mostram que o Tesouro não havia incluído esse dispositivo na minuta de decreto de regulamentação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), nem mencionou a necessidade de mudança nas notas técnicas emitidas pelas áreas.

Contrariedade

Nos bastidores, técnicos do órgão manifestaram contrariedade com a flexibilização, incluída posteriormente no ato assinado por Lula e pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Procurado, o Ministério da

Fazenda informou que a alteração “não se deu a pedido” do órgão. “Uma vez estando a minuta de decreto na Casa Civil, a questão foi levada à avaliação da AGU [Advocacia-Geral da União], de onde veio a definição da redação”, afirmou, em nota. Procurados, Casa Civil e AGU não se manifestaram.

A derrubada da exigência do teto de gastos favorece a adesão de todos os demais estados que não estão em programas de recuperação, mas o caso de São Paulo é o mais emblemático por se tratar do maior devedor da União, com um estoque de R\$ 288,6 bilhões (posição de dezembro de 2024). Além disso, o estado é comandado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), rival político do Palácio do Planalto.

Facilitar seu ingresso levará a União a abrir mão de bilhões em receitas financeiras nos próximos anos, com impacto no endividamento do país. Essa seria mais uma razão para o Tesouro Nacional ser ouvido a respeito do tema, o que não aconteceu.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Samuel Kinoshita, disse, em nota, que “o Propag reúne mecanismos que podem contribuir para um melhor equacionamento de obrigações e créditos” e citou a possibilidade de um “adequado encontro de contas”.

Idiana Tomazelli (Folhapress)